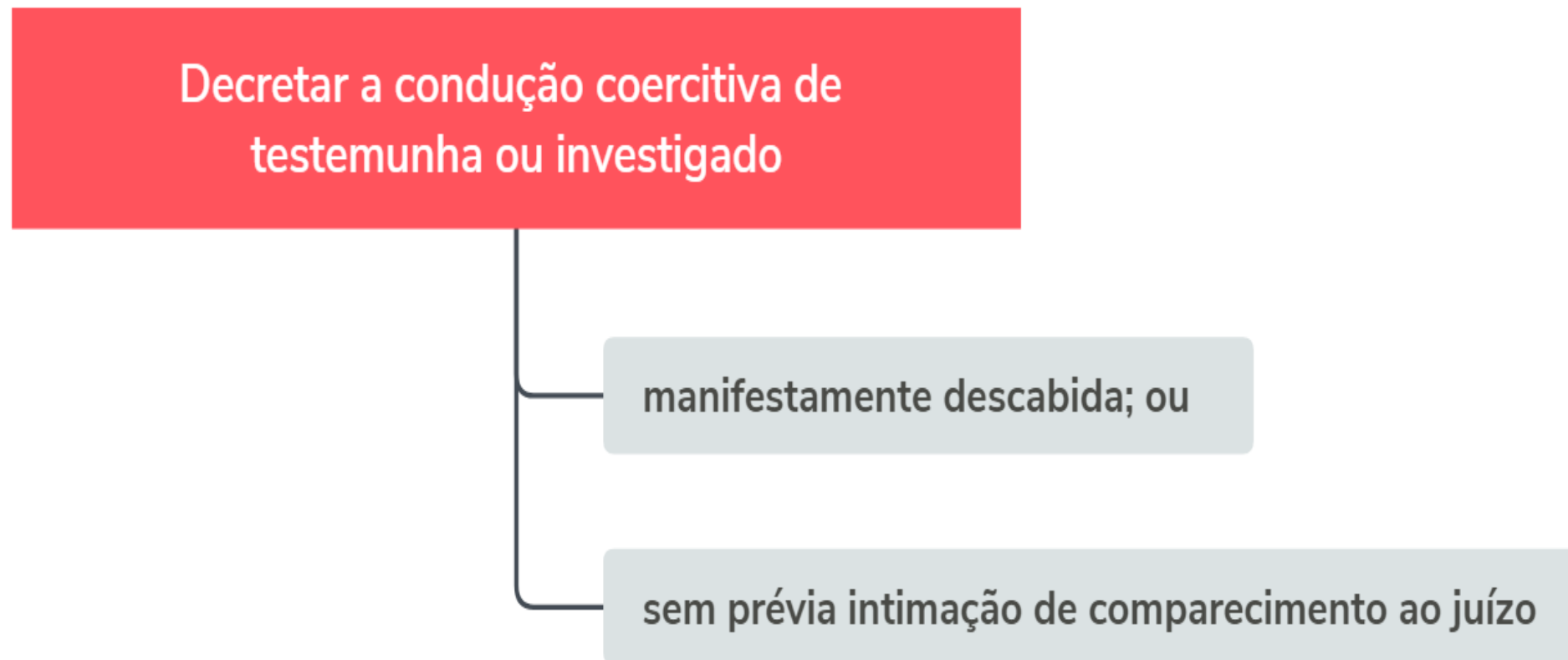


Grupo 2 – Delitos Mais Graves (Detenção 1 a 4 anos + multa)



Testemunha

Art. 218. Se, regularmente intimada, a **testemunha** deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por oficial de justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.

Perito

Art. 278. No caso de não-comparecimento do **perito**, sem justa causa, a autoridade poderá determinar a sua condução.

Vítima

Art. 201. Sempre que possível, o **ofendido** será qualificado e perguntado sobre as circunstâncias da infração, quem seja ou presuma ser o seu autor, as provas que possa indicar, tomando-se por termo as suas declarações.

§ 1º Se, intimado para esse fim, deixar de comparecer sem motivo justo, o **ofendido poderá ser conduzido à presença da autoridade.**

Investigado / Réu

Art. 260. Se o acusado não atender à intimação **para o interrogatório**, reconhecimento ou qualquer outro ato que, sem ele, não possa ser realizado, a autoridade poderá mandar conduzi-lo à sua presença.

Parágrafo único. O mandado conterà, além da ordem de condução, os requisitos mencionados no art. 352, no que lhe for aplicável.

STF

O STF declarou que **a expressão “para o interrogatório” prevista no art. 260 do CPP não foi recepcionada pela Constituição Federal**. Assim, caso seja determinada a condução coercitiva de investigados ou de réus para interrogatório, tal conduta poderá ensejar:

- a responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade
- a ilicitude das provas obtidas
- a responsabilidade civil do Estado.

STF. Plenário. ADPF 395/DF e ADPF 444/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgados em 13 e 14/6/2018 (Info 906).

21. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - SERIS - AL - Agente Penitenciário) Uma testemunha devidamente notificada a comparecer em audiência judicial não atendeu à notificação nem apresentou motivo justificado. A autoridade judicial determinou, então, a condução coercitiva da testemunha, mediante apoio policial. Considerando essa situação hipotética e os termos da legislação que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

A conduta descrita caracteriza abuso de poder, uma vez que a restrição somente é cabível após o descumprimento de duas intimações válidas.

Gabarito: ERRADO

Grupo 2 – Delitos Mais Graves (Detenção 1 a 4 anos + multa)

Constranger a depor, sob ameaça de prisão

pessoa que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, deva guardar segredo ou resguardar sigilo

Mesma pena - prossegue com o interrogatório:

de pessoa que tenha decidido exercer o direito ao silêncio; ou
de pessoa que tenha optado por ser assistida por advogado ou defensor público, sem a presença de seu patrono

22. (INÉDITA) Constitui crime de abuso de autoridade o fato de o agente público, com o intuito de prejudicar terceiro, solicitar o depoimento de pessoa que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, deva guardar segredo ou resguardar sigilo.

23. (IDECAN - 2021 - PEFOCE - Auxiliar de Perícia) Marcelo, indiciado em inquérito policial que apura prática de delito de extorsão, é chamado a depor pela autoridade policial. Ao comparecer, opta por ser assistido por seu advogado. Todavia, enquanto aguarda a chegada do patrono, é constrangido pela autoridade policial, que passa a fazer insinuações no sentido de que, se Marcelo não colaborasse, não desse seu depoimento logo, poderia sair dali preso. Nessa hipótese, assinale a alternativa correta.

- A) Embora não tenha agido corretamente, a autoridade policial não praticou crime algum, pois, na fase pré-processual, é possível inquirir pessoas sem a presença de advogado.
- B) Não houve prática de delito no caso em tela, pois, na fase pré-processual, não há previsão de contraditório nem ampla defesa.
- C) Agiu corretamente a autoridade policial, pois a falta de cooperação do indiciado traduz comportamento que deve ser reprimido.
- D) Na hipótese, somente ocorreria delito previsto na lei de abuso de autoridade se o delegado realizasse o constrangimento mediante violência ou grave ameaça.
- E) A autoridade policial praticou delito previsto na lei de abuso de autoridade. Embora seja possível inquirir pessoas sem a presença de advogado na fase pré-processual, sua presença se impõe quando investigado fizer essa opção.

Gabarito: E